



A
R
S

-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA INICIADA EM VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO E FINALIZADA EM QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO-----

-----**ATA NÚMERO CINCO**-----

---Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito, e em cumprimento do disposto no artigo 11º nº 1 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, nesta Freguesia de Marvila, Concelho de Lisboa, no Edifício da Sede da Junta de Freguesia de Marvila, sito na Avenida Paulo VI, nº 60, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Marvila sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Anaísa Souto João, respetivamente primeira e segunda Secretárias, para continuação da seguinte ordem de trabalhos:-----

---**Ponto sete – Aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017 (Relatório e Contas);**-----

---**Ponto oito – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia;**-----

---**Ponto nove – Aprovação da 1ª Revisão do Orçamento de 2018**-----

---Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos:-----

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Maria Luísa Cabral Costa Gomes, Manuel de Jesus Saraiva, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Ana Isabel Rodrigues Saraiva, Maria Custódia Martins Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves e Jerónimo Teixeira Magina.-----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira.-----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Luís André Fernandes Castro e Maria Amélia Alves Cabaço.-----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura.-----

---**DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI)** – António Manuel Alves-----

---Apresentaram pedidos de substituição na anterior sessão, os seguintes eleitos:---

---**Luís Filipe Nunes Boaventura de Figueiredo (PS)**, por uma sessão, tendo sido substituído por **Maria Fernanda Correia**.-----

---**Rogério Borge Pereira Mota (PCP)**, por uma sessão de Assembleia, tendo sido substituído por **Maria Almeida**.-----

---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por uma sessão de Assembleia, tendo sido substituída por **Nuno Almeida**.-----

---**José da Silva Moreira (CDS)**, por uma sessão de Assembleia, tendo sido substituído por **Pedro Monteiro** que também pediu a substituição, sendo substituído por **Conceição Severino**.-----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila:-----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim Cerqueira Brito e Maria Cristina Rodrigues Abreu**.-----



---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia**, após cumprimentar todos os presentes, declarou aberta a presente reunião, dizendo que, por lapso, na sessão da Assembleia de dia 27 de abril não foram colocadas à votação as atas números um, dois e três, colocando-as assim à discussão e votação das mesmas.-----

---Não havendo nenhum pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia passou então à votação das atas n.º 1, 2 e 3.-----

---Passando à votação da **ata nº 1, a mesma foi aprovada por unanimidade**, considerando que só votaram os senhores membros da Assembleia que estiveram presentes na reunião.-----

---Passou depois à votação da **ata nº 2, sendo a mesma aprovada por unanimidade**, considerando que só votaram os senhores membros da Assembleia que estiveram presentes na reunião.-----

---De seguida passou à votação da **ata nº 3, sendo a mesma aprovada por unanimidade**, considerando que só votaram os senhores membros da Assembleia que estiveram presentes na reunião.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que, a pedido da Junta de Freguesia, foi distribuído um documento do Banco Millennium BCP, o qual reflete a posição bancária da Junta de Freguesia ao Millennium BCP e que estava em falta, ficando assim todos os documentos distribuídos.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, retomando a Ordem de Trabalhos no **ponto sete – Aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017 (Relatório e Contas)**, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para apresentação do mesmo.-----

---O **Sr. Presidente da Junta** cumprimentou todos os presentes e, no uso da palavra, fez uma breve exposição através de PowerPoint, onde explicou o documento apresentado que se encontra arquivado na pasta de documentos de apoio à Assembleia de Freguesia.-----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início à discussão do documento apresentado passando a palavra ao Sr. António Alves.-----

---O **Sr. António Alves (PMMI)**, no uso da palavra, transmitiu à Assembleia de Freguesia que a 24 de outubro de 2017 foi apresentado ao Sr. Presidente cessante, Sr. Belarmino Silva, e a todos os vogais do anterior Executivo, o relatório de execução orçamental, a fim de ser entregue ao Presidente eleito. Disse que nessa altura a execução orçamental era a seguinte: Saldo de gerência – 100%, pois transitou de 2016 para 2017, as receitas correntes estava com uma execução de 78.84%, as receitas de capital com 30.70%, as outras operações de tesouraria com 4.33%, o que dava um total de 87.1%. Relativamente às despesas correntes, disse que na altura tinham uma execução de 56.36%, às despesas com pessoal correspondia uma execução de 62.20%, bens e outros serviços com 58.8%, juros e encargos com uma execução de 40.62%, transferências e apoios correntes com 44.36%, as despesas de capital com 33.71% de pagamentos efetuados. Disse também que a execução da receita estava nos 87.1% e a da despesa nos 47.17%. Informou que o saldo em caixa a 23 de outubro de 2017 era de três milhões, oitocentos e cinco mil e novecentos e noventa e quatro euros e noventa e um centimos. Informou também que em bancos estavam 3.805.092,47€ e em caixa 1.552.044€. Frisou que o Tesoureiro do anterior Executivo é hoje vogal do Executivo em funções. Analisando o documento



A
D
J

apresentado disse que foram recebidos neste mandato os dois duodécimos - novembro e dezembro - do Orçamento de Estado no valor de 758.382 €. Disse ainda que a Câmara Municipal de Lisboa não efetuou o pagamento compromissado pelos contratos de delegação de competências, no valor de 432.723 €, verificando também que não foi transferido para a Junta de freguesia o valor do contrato de transferência de competências referente à CPCJ Lisboa Oriental no valor de 35.000,00€ correspondente a despesas de funcionamento e ao jurista contratado para fazer face ao aumento de trabalho na CPCJ, conforme adenda assinada. Disse que o desvio total da receita foi negativo e como se pode concluir está diretamente ligado à não transferência, por parte da CML, dos valores acordados para investimento em espaço público. No relatório de gestão em execução, diz verificar-se nos quadros apresentados na página 2 uma execução de cerca de 55%. Diz também que não foi considerada a receita do saldo de gerência que deveria ter sido, como referido no relatório do ROC. Salientou que, se assim fosse, a execução da receita seria de 95.36%, frisando que se deveria comparar o que é comparável. Disse também que há três características qualitativas a aplicar neste tipo de documentos e que são a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade e que os valores em falta são coincidentes com o valor do relatório do ROC. Chamou à atenção o facto de ter sido executada, já neste mandato, uma despesa de 1.153.630,59€. Fazendo uma explanação pormenorizada, disse que a despesa com pessoal teve uma execução de 77.18%, os bens e serviços 72.91%, sendo a despesa de capital aquela que teve uma taxa de execução, mais baixa - 43.83%, estando esta execução ligada diretamente às empreitadas lançadas pelo anterior Executivo e que no final do ano de 2017 ainda estavam em curso. A rubrica de transferências correntes que diz respeito aos apoios teve um reforço de 200.000 euros. -----

---Em relação à 1ª Revisão disse que, passando para 487.675.048 €, neste mandato já teve um reforço de 99.973.78€, frisando ser esta a rubrica com a execução mais alta, atingindo os 84.72%, sendo transferido para as instituições um total de 413.140,45€, onde, comparando com o ano de 2016, houve um desvio positivo de 193.232,77€, correspondendo a 87.87% dos quais 169.946,80€ já foram compromissos deste mandato. Disse ainda que para as instituições foram transferidos 370.856€, correspondendo a um desvio positivo de mais de 178.397€ numa taxa de 92.69%. Constatou também que para as famílias foram transferidos 42.283€, correspondendo a um desvio positivo de 14.385€ com uma taxa de execução de 54%. Verificou que ao terem sido satisfeitos 95 pedidos o valor médio foi de 445€ por família. Disse que nos últimos dois meses do ano foram efetuadas transferências acima de 169.000€ sendo as mais materialmente relevantes ao C.O.L., ao F. C. Rossão, à Fáb. Igreja Stª Agostinho de Marvila, Centro Social de Sta. Beatriz, Ass. Reformados Bº Condado, a AGIR XXI, a Torre Laranja Futsal Clube, atingindo estas associações na sua totalidade um valor de 137.000€. Frisou que de acordo com a Lei 75/2013, artº 9º - nº 1 - i), compete à Assembleia de Freguesia, sobre propostas da Junta, autorizar a elaboração de protocolos com instituições públicas que desenvolvam a sua atividade na freguesia. Assim, disse que o PMMI acha que estes apoios deveriam ter vindo antes à Assembleia de Freguesia. Resumindo disse que o saldo de gerência é de 3.272.771,53€, dizendo haver uma diferença de 84,50€, não sendo uma diferença materialmente relevante. Relativamente aos compromissos disse que, já neste mandato, foram assumidos compromissos no valor de 695.923€. Chamou também a



atenção relativamente a fundos disponíveis reportados na aplicação da Fresoft e no SIIAL, pedindo esclarecimentos sobre os mesmos, dado haver uma diferença de 417.000€ entre as duas situações, dizendo que esta informação é obrigatória para o Executivo, na assunção da despesa e que tem que estar disponível na fase de cabimento que se apresenta em proposta do Executivo.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, referiu que gostaria de conhecer o responsável pela prestação de contas, visto que o Sr. Luís Cadete realizou quatro ajustes diretos com a Junta de Freguesia e que, embora tenha a sua sede no Entroncamento, faz ajustes extremamente vastos desde a contabilidade à limpeza, SIADAP, etc.. O eleito pediu esclarecimentos para esta situação. Questionou também a despesa de 5.000€ junto do Pingo Doce, pedindo informação sobre que gasto foi este. Solicitou também esclarecimentos sobre os gastos com artistas para o evento Marvila dos Sabores, quando a maioria dos artistas no referido evento foram de instituições da freguesia. Alertou para a situação referente à Fundação Benfica que em 2017 recebeu 75.000€ da Junta de freguesia e dos quais nunca houve qualquer informação do que era realizado com esse apoio. Relativamente ao relatório, e falando do resultado líquido do exercício de 2017, chamou a atenção para a existência de um lapso na apresentação de valores, dado haver outro documento onde os mesmos valores estão a zeros. Solicitou também informação sobre os gastos com a iluminação de Natal.-----

---Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao eleito do **PCP, Sr. António Pereira** que, no uso da palavra, disse ter a noção de que relativamente às contas de 2017, que este Executivo só é responsável pelos dois últimos meses do referido ano. Mas, como a discussão e análise reporta ao ano total, não pode na sua apresentação parcelar a análise que realizou. Salientou que o saldo de gerência de 2017, como não foram realizadas as obras e benfeitorias que a população esperava e que os eleitos do seu partido propuseram, ultrapassa mais uma vez os três milhões de euros. Disse ser um saldo obscuro, tendo em conta o estado em que se encontra a freguesia de Marvila a nível de espaço público, mobiliário urbano, espaços verdes expectante e também na higiene urbana. Disse que, além do saldo de gerência ser bastante elevado, constata-se ainda que, por desinteresse ou falta de capacidade do Executivo de então, não foram capazes de realizar as obras de investimento de capital que estavam protocoladas com a CML dado que foi investido muito menos capital do que aquele que estava previsto. Salientou que, face a essa incapacidade, deixaram os cofres da CML mais ricos, contribuindo assim negativamente para o grau de execução das despesas de capital e dessa forma prejudicando a qualidade de vida das populações pois não resolveram os seus problemas. Disse que nas receitas o grau de execução não pode ser considerado negativo nem positivo, mas há situações que o grau de execução face a 2016 se destacam uns pela positiva, como as receitas arrecadadas vindas da DREL e as receitas vindas da DGAL, e outros pela negativa, como a falha da Junta de Freguesia em receber da CML o que deveria ter recebido – 624.450€, só tendo recebido 191.757€. Outro aspeto negativo, disse, é a redução dos juros dos depósitos nos bancos, dado que nem 10% do que estava previsto foi recebido. Questionou também porque é que em 2017 as despesas correntes tiveram um acréscimo de cerca de 80%, dizendo talvez ter sido por ser ano de eleições. Chamou a atenção de também ser um facto que o Executivo anterior gastou 55.391€ na iniciativa de Marvila dos Sabores, mas só investiu 6.303€ em mobiliário urbano,



Handwritten marks and initials in the top right corner.

dizendo terem sido opções com as quais não concorda. Chamou a atenção sobre a falta de um quadro de síntese no documento, referindo a situação de pelouro a pelouro, dizendo que isso dificulta a análise. Baseando-se no relatório apresentado pelo ROC, relativamente aos graus de execução de cada pelouro, disse constatar que houve pelouros que tiveram muito pouco desenvolvimento e que não honraram o seu papel de autarcas ao serviço da população salientando os pelouros da Higiene Urbana, dos Espaços Verdes, da Educação, do Desporto e Juventude, da Ação Social, da Saúde e da Administração e Funcionamento. Salientou também três pelouros que conseguiram superar o grau de execução de 2016, como o pelouro da Cultura, da Habitação e Espaço Público, embora ache que o grau de execução não é nada de especial face às verbas disponíveis e às necessidades da população da freguesia. Frisou que a sua bancada só considerou positivo o desempenho do pelouro da Cultura. Pediu esclarecimentos relativamente à declaração de responsabilidade enviada à empresa auditora, referentes ao texto apresentado e relativamente à certificação legal que deve ser corrigida. Pediu esclarecimentos sobre o documento entregue pelo ROC como clarificação para entendimento do mesmo.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que disse querer levantar duas questões, uma relativamente ao orçamento da receita, onde existe uma previsão de arrecadar nove milhões de euros mas que só se arrecadaram cerca de cinco milhões e outro relativamente ao grau de execução das funções sociais e espaço público ser tão baixo, comparado com o grau de execução da Administração e Funcionamento.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à eleita do **CDS, Sr.ª D. Conceição Severino** que, no uso da palavra, perguntou porquê uma diferença tão grande nas obras de manutenção dos Jardins de Infância e escolas do 1º Ciclo e nas instalações de Parques Infantis, no espaço público, tendo eles um valor global à volta de 100.000€ que não foram aplicados.-----

---Não registando mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Junta de Freguesia**, que, no uso da palavra, respondeu às dúvidas expostas pelos membros da Assembleia. Na sua intervenção, referindo-se às questões do Sr. António Alves, disse que este Executivo nunca recebeu o relatório evidenciado pelo Sr. António Alves lamentando que o eleito do PMMI nunca o tenha questionado antes ou cedido qualquer informação sobre esse assunto. Frisou que o Executivo em funções nunca recebeu o relatório evidenciado pelo Sr. António Alves e disse estar assim demonstrado o verdadeiro interesse de lutar pelos marvilenses. Relativamente ao Relatório de Contas de 2017, disse ficar feliz em saber que a receita da Junta de freguesia, em dois meses, em autêntica campanha eleitoral, ter evoluído de 20% para 47% pois na reunião de 28 de agosto de 2017, o Sr. António Alves afirmar terem recebido o relatório do ROC, o qual após leitura atenta levanta alguns aspetos que deveriam ser analisados, nomeadamente a execução orçamental que até 31 de julho ascendia a 20%, o que não se entende. Frisou que em setembro a execução orçamental teve este aumento exponencial, quando todos sabiam quem era o candidato às eleições de 1 de outubro de 2017. Referindo-se à questão levantada pelo Sr. António Alves onde o mesmo afirma o apreço pelo movimento associativo da freguesia de Marvila, disse tê-lo registado. Respondendo relativamente a este Executivo ter exponenciado durante estes dois últimos meses de 2017 aquilo que eram as transferências correntes para as instituições, coletividades e associações,



registou que há um conjunto de instituições de grande mérito na freguesia de Marvila e que estas instituições receberam cerca de 179.000.00€, salientando que ainda bem que assim foi porque é isso que permite, nas transferências correntes, atingir os cerca de 87%. Informou também que os 60% de execução orçamental foram atingidos porque o anterior executivo assinala nos últimos dois meses de gestão passou para a gestão do novo executivo contratos assinados nos meses de julho, agosto e setembro, sendo um conjunto de investimentos que faz com que a despesa chegue aproximadamente a 60%. Respondendo seguidamente ao eleito do PCP, Sr. António Pereira, disse que acompanha todas as críticas que o mesmo fez em relação ao desinvestimento que foi feito nos últimos quatro ou oito anos de mandato, mas não nos últimos meses, porque nesses citados meses, não sabendo por que razão, houve uma forte corrida ao investimento público, seja em contratos assinados pelo anterior presidente em setembro quando o mesmo já não era maioritário no anterior executivo pois a força política à qual pertence, nessa altura já não estava em maioria ficando o presidente do anterior executivo quase «refém». Disse que o anterior executivo era composto por sete elementos, onde quatro deles pertenciam a outro movimento político e assim, considera que o presidente anterior quase que era coagido a assinar a documentação sob pena da Junta de freguesia ficar parada. Assim contrariando as palavras do Sr. António Pereira, respondeu não poder concordar quando este diz que não houve investimento no mobiliário urbano e no espaço público porque de facto houve, assim como houve elementos responsáveis nestas áreas mas que pertenciam e integravam outros projetos políticos e que nos últimos meses não se coagiram de deixar para o futuro Executivo, até em áreas que não eram da competência direta da Junta de Freguesia como por exemplo o talude da Rua Pedro de Azevedo, informando que agora tem que negociar com a CML porque foram usurpadas as competências que lhes pertenciam. Salientou também que foram pagos com o dinheiro da Junta de Freguesia um conjunto de investimentos que deveriam ter sido realizados há mais anos atrás havendo nos últimos dois ou três meses uma corrida desenfreada para a realização dos mesmos. Relativamente ao relatório do ROC, disse que este tem algumas expressões gramaticais que podem sugerir dúvida sobre algo que não tenha sido fornecido, mas não é o caso, trata-se apenas de uma expressão linguística. Em relação ao imobilizado, informou que há tempos atrás foi pedido a uma entidade externa para fazer o relatório referente a isso mas esse relatório não foi concluído esperando o Executivo que no futuro se venha a conseguir realizar. Esclareceu que a falta de conclusão desse relatório não deixa o ROC suficientemente esclarecido e firme para fazer uma afirmação tão determinada. Relativamente às questões do eleito do PSD, Sr. Luis Castro, disse que, tendo muito respeito pelo mesmo, existem algumas questões que o eleito deveria remeter ao Sr. António Alves, eleito do PMMI, dado ter sido ele a estar no Executivo anterior e que talvez o possa esclarecer relativamente às dúvidas sobre a contratação do Sr. Luis Cadete em atividades que não as de contabilidade e sobre a Fundação Benfica cujo trabalho nunca foi devidamente esclarecido com os membros da Assembleia de Freguesia. Referindo-se aos 5.000.00€ gastos no Pingo Doce, esclareceu que se deve a uma opção política relativamente aos Cabazes de Natal onde em vez de um Cabaz foi oferecido à população mais desfavorecida cartões oferta no valor de 25€ cada, sendo este trabalho realizado com a colaboração de seis entidades de cariz social existentes na freguesia. Sobre a iluminação de Natal disse que o Executivo pode assegurar que o



A
2P
D

valor gasto não foi superior ao gasto realizado em 2016. Referindo-se às questões levantadas pela eleita do BE, Sr.^a D. Isabel Ventura respondeu que do saldo de gerência apenas foram gastos 400.000.00€. Frisou que, para apoiar as instituições, o movimento associativo, os clubes desportivos, etc., havendo o problema da falta dos 450.000.00€ que não foram levantados na CML dizendo que para fazer um investimento em condições na ação social, na cultura, no movimento associativo e outros, não se deveria ter deixado fugir o dinheiro dado pela CML em 2014 e 2015. Frisou que, a dada altura alguém considerou que o melhor trabalho a ser feito com as instituições da freguesia era não investir. Este Executivo considera que é necessário investir, e muito, e salientou que agora é necessário negociar com a CML para recuperar o dinheiro outrora perdido. Quanto à divergência da despesa com o pessoal – 58% - e a despesa das funções sociais – 48% - e do espaço público, é o peso que o pessoal a trabalhar na autarquia tem, não havendo nesta situação outra forma de atuar.-----

---O **Sr. António Alves** pediu a palavra e disse que, no anterior executivo, era um mero vogal e o tesoureiro de então é, neste momento, vogal do atual executivo. Disse que a 27 de outubro de 2017 foi distribuído a todos os membros do executivo anterior, um e-mail com o relatório referente à informação financeira. Referindo-se à ação processual da assunção da despesa, referiu que existem cinco fases: cabimento, compromisso, fatura, liquidação e pagamento, fazendo referência aos compromissos assumidos até dia 24 de outubro onde apenas foram compromissados 49% dos mesmos. Disse ainda que o presidente do anterior executivo lhe garantiu pessoalmente ter entregue o relatório ao novo Executivo. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra à Sr.^a D. Isabel Ventura.-

---A **Sr.^a D. Isabel Ventura (BE)**, no uso da palavra, disse não considerar respondida a sua questão relativamente ao modo de poder reduzir os gastos de funcionamento da Junta de Freguesia e aumentar a parte social.-----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao eleito do **PSD, Sr. Luís Castro** que, no uso da palavra, questionou se além dos apoios fornecidos às instituições seria necessário dar apoios repetidos para efetuar entregas de cartões de oferta do Pingo Doce quando a Junta de Freguesia o podia fazer diretamente. Disse também não se considerar esclarecido no que diz respeito à questão da baixa execução e quais os motivos de tal acontecer.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra ao eleito do **PCP, Sr. António Pereira** que, no uso da palavra, relativamente ao desinvestimento, disse que na sua última intervenção salientou o facto de estar ciente que este Executivo apenas é responsável pelos últimos dois meses de 2017. Mas fazendo uma análise geral como tem que ser feita, considera o grau de execução de 2017 muito baixo e que espera que o novo Executivo consiga reverter esta situação daqui para a frente. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, agradecendo a intervenção passou a palavra ao eleito do **PS, Sr. Manuel Saraiva** que disse ser obrigação de todos os membros dignificar a Assembleia de Freguesia e que às vezes não se sabe porque não se quer. Recordou que qualquer membro da Assembleia de Freguesia pode, através de requerimento, solicitar ao Presidente da Assembleia a possibilidade de ver a documentação que necessitam para ficarem esclarecidos.-----

---Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para esclarecimento das dúvidas levantadas.-----



---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, informou que o Vogal Sr. Joaquim Brito, afirma não ter recebido relatório algum. Respondeu também que o Sr. António Alves, realmente, era um vogal mas nunca foi um vogal qualquer. Salientou que todos sabiam em Marvila qual era a sua posição e qual o seu real poder durante os oito anos no Executivo da Junta de freguesia de Marvila, quais as áreas e pelouros que dominava. Voltou a afirmar que o Sr. António Alves não era um vogal qualquer e que era sim «o Sr. todo-poderoso» de Marvila. Agradeceu também ao eleito Sr. António Alves o esclarecimento que deu a toda a Assembleia no que respeita a Contabilidade mas afirmou que este Executivo está na Assembleia a pensar no investimento de pessoas e em Marvila. Referindo-se à questão do CDS, disse que houve realmente um investimento mais avultado nas escolas e bem menor relativamente aos parques infantis onde disse que o Executivo tem consciência de que há que fazer um investimento muito forte em áreas como os parques infantis e os campos de jogos e um investimento no que se refere às despesas de capital. Respondendo às questões da eleita do BE, Sr.^a D. Isabel Ventura, disse não considerar a disparidade - 58%/44% - muito má quando se está a investir no emprego e salientou que regularizando a situação dos precários, a despesa do pessoal aumentará, mas é considerada uma boa despesa. Disse também que para se diminuir a despesa se tem que renegociar contratos para que possa haver menos despesa no funcionamento da Junta de Freguesia. Frisou que, quando se está a colocar dinheiro no Associativismo, está a investir-se no mesmo, dizendo que a Junta de Freguesia não deve dirigir o associativismo, mas apoiar diretamente. Falando dos cartões de oferta Pingo Doce, disse que esses cartões oferta não foram dados às instituições sendo a junta de freguesia que os deu. Salientou ainda que não houve grande divulgação porque é do entender do Executivo que já é bastante as dificuldades das pessoas e que se deve respeitar a sua situação e necessidades não fazendo alarde com essas fragilidades.-----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs à votação o relatório de Contas de 2017.-----

---Após a votação, o documento em questão foi **aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PS, do PMMI e do CDS, as abstenções do PSD e os votos contra do BE e do PCP.**-----

---O **Sr. António Pereira** pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:----

---«O PCP votou contra as contas de gerência de 2017 porque como o fizemos atempadamente votando contra nas Opções do Plano de Atividades e Orçamento e suas revisões de 2017, votamos contra a não resolução dos problemas das pessoas, votamos contra o pouco investimento que ocorreu em 2017. Foram essas as razões que nos levaram a votar contra este documento.»-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu seguimento à Ordem de Trabalhos passando ao **Ponto oito – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia**, colocando o mesmo à discussão, dando a palavra ao Sr. António Alves.-----

---O **Sr. António Alves (PMMI)**, no uso da palavra, disse que relativamente ao mapa tido em conta, o balanço do relatório de contas não está coincidente. Havendo uma diferença no mesmo.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, alertou que o documento em discussão deveria ter sido



A
2
3

discutido em conjunto com as contas em gerência, fazendo votos para que a Junta de Freguesia consiga encerrar o tema com sucesso.-----

---Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao **ponto nove** da Ordem de Trabalhos - **Aprovação da 1ª Revisão do Orçamento de 2018**, dando a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que fez uma breve exposição em PowerPoint à Assembleia de Freguesia sobre o mesmo.-----

---Agradecendo a exposição explicativa, o **Sr. Presidente da Assembleia** abriu a discussão do ponto em análise, dado a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)**, que disse que era expectável e lógico que a Junta de Freguesia procedesse a algumas correções quando apresentasse esta revisão. Disse que a seu ver os motivos que levaram a sua bancada a votar contra o plano de atividades e orçamento mantêm-se e em alguns casos agravam-se. Fez também um reparo ao tamanho da letra apresentada, dizendo que não ajuda na análise do documento. Disse não concordar com o desvio orçamento de 2018 de um milhão e meio do saldo de gerência de 2017. Pediu um esclarecimento sobre que tipo de reserva o mesmo fica e quais os fins para esta reserva. Disse não concordar que não conste nesta primeira revisão orçamental a totalidade do saldo de gerência de 2017. Perguntou também onde é que a dita reserva de um milhão e meio de euros vai ser contabilizada. Questionou as incorreções numéricas do documento exemplificando-as para que pudessem ser corrigidas. Chamou a atenção das disparidades dos números na 1ª Revisão Orçamental que não estão em conformidade com o Orçamento e Plano de Atividades. Disse também discordar que num orçamento de mais de sete milhões só estejam previstos 861.100.00€ para despesas de capital considerando ser o valor insuficiente face às necessidades de intervenção e investimento para a melhoria da qualidade de vida das populações.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que nas opções do plano aprovado por maioria na Assembleia de Freguesia foi transmitido que iriam dar continuidade ao trabalho que foi realizado pelos executivos anteriores e iriam procurar aceitar novos projetos e desafios, tendo em atenção as preocupações, reclamações e opiniões dos moradores e comerciantes, que iriam instalar acesso gratuito através de wi-fi pela freguesia, que iria ser efetuado atendimento descentralizado à população em vários locais da freguesia, que iria ser promovido o desporto no pré-escolar e 1º Ciclo, que iriam desenvolver um programa direcionado para os animais, que iriam criar o Conselho Desportivo de Marvila e a construção de um novo Pavilhão Multiusos, que iriam criar a Casa da Cultura, que iriam construir balneários, lavadouros e sanitários públicos, que iriam aproveitar os lençóis freáticos, que iriam requalificar a Quinta das Flores, que iriam recuperar a parte sul da Bela Vista e manifestavam uma preocupação na eficiência energética em edifícios públicos e privados. Disse que as Opções do Plano revertem e imobilizam verbas para execução dos objetivos traçados nas opções. Relativamente ao orçamento de 2018, disse que o valor da receita continua o mesmo de 2017 – apenas com uma diferença de 100 euros na rubrica das taxas – chamando também a atenção para a continuidade de um lapso na rubrica de apoio ao desenvolvimento de atividades. Questionou se estará em perspectiva o Executivo assinar com a CML um protocolo de 3.000.00€, considerando que, no mínimo, se deveria ter como objetivo, o valor do contrato a recibos verdes de assessoria do



Desporto, assinado no dia 02 de abril e pelo prazo de 1095 dias. Relativamente à receita correspondente ao jurista que está em funções na CPCJ, disse justificar-se pela adenda do protocolo com a CPCJ em 2017 e assenta na proposta 425 da CML de 2016. Salientou que também aqui deveria estar mencionado o valor do contrato a recibos verdes de serviços jurídicos de apoio à CPCJ Lx Oriental assinado a 26 de janeiro pelo prazo de 1095 dias. Na despesa frisou que o Mapa de Pessoal foi reduzido em 8 postos de trabalho e a rubrica de despesas com o pessoal reforçado em cerca de 412.000.00€, comparando com a 2ª revisão de 2017. Salientou que o impacto maior nas despesas com o pessoal é o aumento na rubrica do pessoal em regime de tarefa ou avença e que recebeu um reforço de 272.000.00€ comparativamente a 2017. Lembrou que, havendo um empenhamento para acabar com o trabalho precário, ele não é aqui evidenciado. Perguntou se é expectativa do Executivo contratar mais pessoal. Relativamente à aquisição de bens e serviços, na rubrica de transportes, disse que está considerado 220.000.00€, no apoio a instituições está considerado o valor de 668.300.00€.

Tendo em conta o facto de o eleito não ter mais tempo para continuar a sua intervenção, deixou à mesa um documento com o conteúdo integral da sua intervenção a qual ficará anexada à pasta de documentos de apoio à Assembleia de Freguesia.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que pediu esclarecimentos de fundamentação dos aumentos e o que os motivou.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra à eleita **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, pediu esclarecimentos sobre a reserva de um milhão e meio de euros. Perguntou também para quando o Orçamento Participativo. Em relação às avenças, não esta de acordo com a entrada de mais pessoal com vínculo precário, dizendo não haver lógica colocar uns com vínculo efetivo e outros não.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu seguidamente a palavra à **Sr.ª D. Conceição Severino (CDS)**, que questionou se o fundo de maneio não poderia ser aplicado em bens ou necessidades da freguesia.

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à eleita do **PS, Sr.ª D. Luísa Costa Gomes** que, no uso da palavra, perguntou se o dito fundo de maneio não poderia ser utilizado em emergências que não estão previstas. Questionou também se as avenças correspondem a trabalho sazonal ou não.

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para que prestasse os esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia de Freguesia.

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, relativamente às questões do Sr. António Pereira sobre o milhão e meio de euros, disse tratar-se de uma reserva para uma situação de dificuldade que a Junta de freguesia tenha. Lembrou que há que entender que o dinheiro não é para gastar todo e a Junta de Freguesia tem que ter um fundo de maneio para alguma emergência grave. Referindo-se às avenças, respondeu que não se vai contratar mais ninguém. Disse que o Executivo da junta acha que se deve percorrer um caminho que é realizado passo a passo, dado não ser possível de uma só vez acabar com o trabalho no privado para ter apenas o serviço público. Isso terá que ser feito passo a passo e por fases. Esclareceu que até final do mês acabará com a situação dos precários, indo depois proceder a dois concursos, na área dos Assistentes Operacionais com a bolsa de recrutamento, consolidando um período de 3



A
DP
J

ou 4 anos e que nessa altura espera já não haver precários na freguesia. Disse também que em Marvila não há trabalho sazonal, mas sim um conjunto de tarefas onde ainda não existe uma decisão final relativamente a serem situações de carácter permanente ou não. Disse que um exemplo disso é a decisão de contratar alguns jovens para o trabalho nos CAF'S, tendo o Executivo a ideia de mais tarde poder ficar com a gestão dos mesmos. Disse que o Executivo considerou que este ano letivo ainda não era possível fazer isso e considerou também ter que se equacionar perceber junto dos Agrupamentos se estão ou não satisfeitos com essa área, pois a ideia seria ficar com este serviço, contando com o apoio económico da CML e ficando a Junta de Freguesia com a gestão dos CAF'S da nossa freguesia. Referiu ainda a necessidade de mais pessoal a nível da Higiene Urbana, dos Jardins e Espaço verde, do espaço público para poder fazer frente a faltas de doença, férias, reformas, etc. Relativamente às questões do Sr. Luís Castro disse que as apostas do Executivo são melhorar o Espaço Público, melhorar as Estrutura Verde e melhorar o apoio às escolas. Referindo-se à questão do custo dos transportes informou que se está a fazer apoio ao transporte escolar das crianças. Relativamente ao Orçamento Participativo, disse considerar que foi feito à pressa e considera necessário realizar algumas alterações no mesmo, deixando a sugestão da formação de uma comissão para criar um melhor Orçamento participativo e também um orçamento Participativo Jovem. Disse que o Executivo propõe a formação dessa comissão para poder ver o que fazer para melhorar o Regulamento deste Orçamento Participativo que é, em sua opinião, limitante.-----

---O **Sr. António Alves (PMMI)** pediu a palavra dizendo que o Orçamento participativo de 2017 foi discutido e votado na Assembleia de freguesia cessante.-----

---O **Sr. Luís Castro (PSD)** pediu a palavra para dizer que o Orçamento Participativo de 2017 foi construído com um esforço coletivo de todas as bancadas e foi aprovado com muitas dificuldades. Alertou para o risco de contratar em duplicado para os mesmos serviços-----

---Seguidamente a eleita do **CDS, Sr.ª D. Conceição Severino** que, no uso da palavra, perguntou se a Junta de Freguesia não tinha funcionários dado estar a contratar tanta gente. Informou também que, em relação aos CAF'S, o Ministério da Educação paga as despesas dos mesmos.-----

---Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que referiu que a verba destinada à Cultura é pouca, enquanto a verba de aquisição de bens e serviços é excessiva. Disse considerar haver contratação em duplicado dos serviços.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu então a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, esclareceu que o fundo de maneiio é uma reserva legal que fica na contabilidade da junta de Freguesia. Disse também que o orçamento não baliza as execuções. Relativamente ao Orçamento Participativo, disse que o Regulamento não foi feito à pressa, foi sim realizado com a participação de todas as bancadas com um enorme travão que era o executivo anterior. Referindo o dinheiro que era proposto para cada bairro salientou que 5.000.00€ não era muito, mas que era melhor que nada. Por fim, referindo o Passeio Mistério, chamou a atenção do Executivo para as enormes filas de inscrição para o mesmo e lembrou que havia fregueses que de madrugada já estavam à porta da Junta de Freguesia para guardarem o seu lugar.-----



---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que disse, referindo-se à Gestão Orçamental, que ter uma almofada é de louvar e aconselhável, estando de acordo com o fundo de maneio.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu então a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que este respondesse às solicitações de esclarecimento.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que, em relação ao Orçamento Participativo, se a Assembleia de Freguesia está satisfeita, o Executivo apenas terá que dar instruções aos serviços para aplicar o Regulamento, pedindo à Assembleia que seja o órgão fiscalizador para verificar o resultado dessa aplicação. Referindo-se aos CAF'S confirmou que a verba para os mesmos vem da CML e que antes de mais o Executivo irá conversar com os agrupamentos escolares para poder analisar quais os passos a seguir. Esclareceu relativamente aos recursos humanos que este Executivo não tem como objetivo criar mais avenças, muito pelo contrário. Referindo-se ao pelouro da Cultura referiu já haver algum reforço a nível financeiro, mas gostaria que esse reforço fosse maior. Respondendo à questão da almofada financeira salientou que há um reforço em material de desgaste, lembrando que a freguesia é muito grande e não se consegue responder prontamente a tudo o que é necessário fazer. Relativamente ao Passeio Mistério disse que no passado se tentou fazer o que foi possível e que é difícil mudar as mentalidades e as atitudes das pessoas. Afirmou que tudo se fará para melhorar o serviço tentando que não haja muito tempo de espera nas inscrições.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro** que, no uso da palavra, questionou qual a situação do orçamento Participativo Jovem. Perguntou também quantas pessoas estão previstas para ir no passeio Mistério e se existe algum Regulamento para o mesmo. Solicitou também informação relativamente ao ponto de situação do projeto da Quinta das Flores.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, respondendo ao Sr. Luís Castro disse que o projeto da Quinta das Flores vai avançar com uma metodologia que engloba projetos por toda a freguesia. Informou que os critérios para o Passeio Mistério são a idade, o ser eleitor da freguesia, ter algum tipo de atividade na freguesia e ser familiar de acompanhamento. Informou que seriam cerca de 600 a 700 pessoas a participar. Ainda em relação à Quinta das Flores, informou que a Junta de Freguesia está a fazer um anteprojeto que no final do Verão será submetido à CML e depois se irá esperar a decisão camarária.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu seguidamente a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que parabenizou o Sr. Presidente da Junta que sinteticamente fez um regulamento para o Passeio Mistério. Deu também a sua opinião de se poder realizar o passeio em duas vezes.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que informou existir um regulamento para o Passeio Mistério e que sempre existiu. Informou que, quando era Presidente de um anterior executivo da Junta de freguesia de Marvila iam em cada autocarro três ou quatro jovens para acompanhar as pessoas e dinamizar o mesmo. Disse que, a seu ver, não é fácil mudar a mentalidade das pessoas mas que há que melhorar os procedimentos o mais possível.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** informou os eleitos que o Executivo da Junta formalizou um convite à Assembleia para participarem no passeio Mistério.-----



---O **Sr. Presidente da Assembleia** pôs então à votação o **ponto nove** da Ordem de Trabalhos – **1ª Revisão Orçamental 2018**.-----

---Passada a votação, a **1ª Revisão Orçamental 2018** foi **aprovado por maioria, com os votos contra do PCP, do BE e do PMML, o voto de abstenção do CDS e os votos a favor do PS e do PSD**.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** de imediato passou a palavra à **2ª Secretária da Mesa** para proceder à leitura das **atas minutas** da reunião de dia 27 de abril e da presente reunião.-----

Após a votação foi a **Ata Minuta de dia 27 de abril de 2018** **aprovada por unanimidade**, e a **Ata Minuta da presente reunião** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta.-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a presente sessão ordinária às **23h10m**, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária.-----

O Presidente da Assembleia *Jamfistates*

A 1ª Secretária *Diana Pudeu*

A 2ª Secretária *Amara João*

